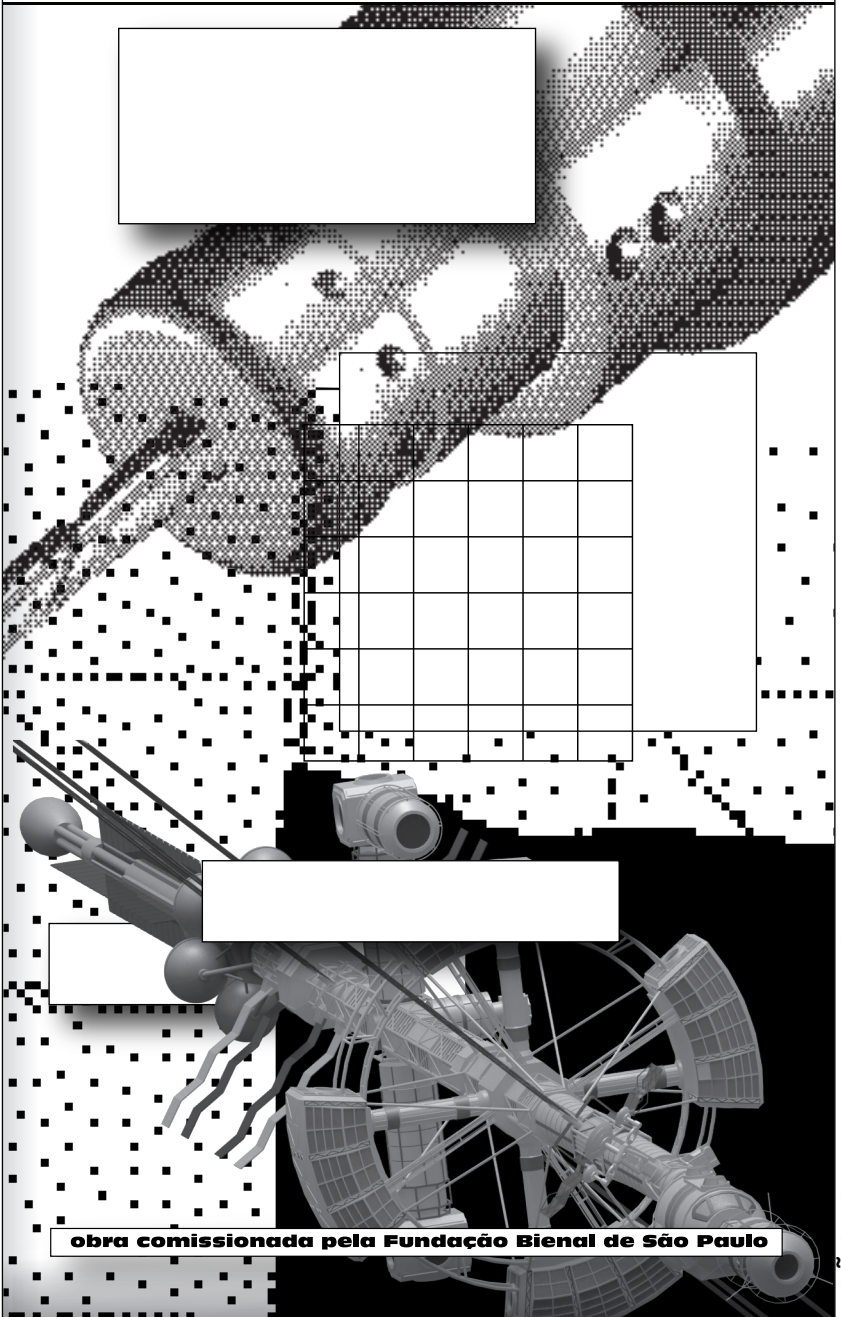


SARA AHMED

Excluir-se



obra comissionada pela Fundação Bienal de São Paulo

zazie edições



TRADUÇÃO: GABRIELA BAPTISTA

COLEÇÃO TRAMA

A coleção TRAMA visa à tradução e difusão de textos e ensaios atuais, em edições digitais viabilizadas pelo redirecionamento de recursos institucionais do campo artístico. Os primeiros cinco títulos da coleção – *Excluir-se*, de Sara Ahmed, *Design de meios*, de Keller Easterling, *Redistribuição via apropriação*, de iLiana Fokianaki, *Sobre o inefável fascínio por conquistar agência sistêmica*, de Victoria Ivanova, e *Xenofilia e desnaturalização computacional*, de Patrícia Reed, publicados entre 2016 e 2018, atualizam e trazem novas perspectivas para a teoria e a crítica cultural e para as discussões no campo mais específico da arte contemporânea.

Com essa primeira seleção de ensaios proponho criar um contexto de reflexão crítica sobre dinâmicas institucionais da arte contemporânea para além da costumeira relação artista X instituição, tão explorada

pela crítica institucional que reconhece e descreve paradoxos, mas nem sempre ultrapassa a situação de culpabilidade. Trata-se aqui de uma contribuição a um futuro diagrama que aprofunda a compreensão da dimensão institucional no mundo de hoje, incluindo infraestruturas planetárias distribuídas, a expansão da inteligência artificial e a emergência de novas críticas feministas. Interessa também a esta coleção, temas que possibilitem reflexões sobre a descentralização do humano, modelos sistêmicos e criação de sujeitos coletivos. Essas são questões que sinalizam novas condições de produção e apontam para possíveis ações, não restritas à esfera da arte contemporânea.

TRAMA é parte do meu projeto homônimo, realizado no âmbito da 33ª Bienal de São Paulo. O projeto buscou reorganizar atividades operacionais preexistentes no campo das artes como maneira de reimaginar o funcionamento de instituições e de práticas artísticas.

A coleção TRAMA não poderia ter sido realizada sem a parceria com a Zazie Edições, a tradução e revisão da Pretexto e Rafaela Biff respectivamente, o trabalho de design de Maria Cristaldi e Pedro Moraes, além do apoio da Fundação Bienal de São Paulo, Gabriel Pérez-Barreiro, Laura Cosendey e, principalmente, a colaboração das autoras que aceitaram integrar a coleção.

Luiza Crosman

Excluir-se

2018 © Sara Ahmed

COLEÇÃO

TRAMA

TÍTULO ORIGINAL

Cutting yourself off, publicado originalmente em *Feminist Killjoys*, 2017.

ORGANIZAÇÃO

Luiza Crosman

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber

EDITORES

Laura Erber e Karl Erik Schøllhammer

TRADUÇÃO

Gabriela Baptista / Pretexto

REVISÃO DE TEXTOS

Rafaela Biff Cera

IMAGENS E DESIGN DE CAPA

Pedro Moraes

DESIGN GRÁFICO (miolo)

Maria Cristaldi

*Agradecemos à autora pela cessão dos direitos de tradução e publicação.
Obra comissionada pela Fundação Bienal de São Paulo - 2018.*

Bibliotek.dk

Dansk bogfortegnelse-Dinamarca

ISBN 978-87-93530-20-1

Zazie Edições

www.zazie.com.br

SARA AHMED

Excluir-se

Tradução: Gabriela Baptista

ZAZIE EDIÇÕES

EXCLUIR-SE

Já aprendi muito ao conversar com pessoas que fizeram denúncias contra abusos de poder em universidades.¹ A denúncia é uma pedagogia feminista. Ouvir

¹ Tenho consciência de que estou usando “abusos de poder” como uma simplificação aqui e vou explicar, em vez de supor o que quero dizer com essa expressão na pesquisa. Até aqui, ouvi relatos de denúncias em relação a machismo, cisfobia, homofobia, racismo, capacitismo e ageísmo, assim como abuso, má conduta, assédio sexual e *bullying*. Também tenho ouvido histórias em que um abuso de poder ocorre por causa de um desentendimento que não parece, à primeira vista, ter a ver com um abuso de poder. Meu projeto é baseado na universidade, como um corpo que conheço, para mostrar como denúncias são inseridas nas instituições em que são feitas. No meu trabalho, entendi o institucional como uma forma de orientar o tráfego humano (podemos chamar isso de tráfego social, a forma como somos direcionados a seguir caminhos mais conhecidos). Se uma denúncia é feita “em” uma instituição, também precisamos reconhecer que denúncias sobre abusos de poder ainda podem tender a seguir na direção do tráfego social: isso significa que uma denúncia pode ter mais chances de ter sucesso, ou ser compreendida, se uma pessoa tem mais poder (se uma denúncia requer que a pessoa seja convincente, há uma política em relação a quem é mais convincente). Isso significa que aqueles que têm mais poder podem usar a denúncia como uma técnica de poder.

aquelas que passaram por esse processo – que nem todas conseguiram concluir – me ensinou o que pode parecer óbvio (e o óbvio muitas vezes é ocultado por ser óbvio): os motivos que dificultam uma denúncia são os mesmos que a tornam necessária. Uma denúncia nos coloca contra a cultura de uma instituição; e uma denúncia muitas vezes é necessária por causa da cultura de uma instituição.

Em meu primeiro post sobre denúncia, apresentei o modelo de uma “biografia da denúncia”, como forma de abordar a vida de uma denúncia em relação à vida de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. A biografia de uma denúncia não é apenas o que acontece, é uma história de como uma denúncia vem a ser, aonde vai, o que faz, como tudo acaba, ou seja, não é apenas sobre a vida (e a morte) institucional de uma denúncia. A ideia de uma “biografia da denúncia” é um reconhecimento de como uma denúncia apresentada em algum lugar começa em outro; uma denúncia parte de alguém que está vivendo uma vida

É complicado e vou tratar das complicações, mas precisamos ser muito cautelosas. Um exemplo relacionado: reconhecer que a igualdade pode ser usada como uma técnica da cultura de auditoria (marcar opções de uma lista) não significa desconsiderar a igualdade; no entanto, pessoas (incluindo governos) podem usar esse uso como uma rejeição. O mau uso da denúncia também pode ser usado para desconsiderar aqueles que precisam fazer uma denúncia se tiverem alguma chance de habitar um espaço ou progredir dentro de uma organização. Considerando que reações a denúncias tendem a amplificar o poder da denúncia e de quem denuncia (essas reações são defesas), esses usos do mau uso da denúncia pode constituir outro mau uso da denúncia. Sim, é complicado! Precisamos tomar muito cuidado feminista ao lidar com isso.

comprometida, de alguma forma, pela, ou na, instituição onde trabalha; uma denúncia pode ser um começo, coisas acontecem porque uma denúncia foi feita, mas nunca é o ponto de partida. Como você faria a biografia da sua própria denúncia? Tantos incidentes, tantos encontros são lembrados com frequência; vezes em que você disse alguma coisa, vezes em que você não disse nada. Aquelas que fazem uma denúncia podem ter feito outras denúncias antes ou não; a decisão é difícil e muitas vezes as pessoas decidem fazer ou não uma denúncia por causa de sua experiência anterior de ter feito ou não uma denúncia. Estou percebendo que as denúncias muitas vezes têm a ver com *timing*.

Em meu primeiro post, parti de um pequeno fragmento da biografia de uma denúncia: a experiência de uma aluna de pós-graduação que foi alvo de machismo e assédio sexual por parte de alunos de pós-graduação. E tentei mostrar como a biografia da denúncia dela não começou no momento em que ela decidiu (com um grupo de outras alunas de pós-graduação) fazer uma denúncia formal; começou muito antes, antes que ela dissesse qualquer coisa; começou na experiência de não compactuar com o que estava sendo dito e feito. Quando os alunos começaram a articular falas machistas, chamando as professoras e alunas de “vagabundas leiteiras”, havia uma expectativa de que todos ririam. Ela não achou engraçado. Não precisou dizer nada para demonstrar algo. Ela descreve: “Parecia que minha reação estava fora de

compasso com a de todo mundo. Havia uma grande desconexão entre o que eu senti sobre a forma como eles se comportavam e o jeito como todos estavam rindo”. Como não riu e não participou, ela se tornou um alvo. Você se torna objeto de assédio quando sente certos comportamentos como assédio: “Você começa a se destacar desse jeito; você simplesmente não entra na brincadeira. Fiquei com a impressão, então, de que a única explicação é que ele decidiu me perseguir um pouco”.

Vivenciar uma situação como algo a ser denunciado é uma experiência de se excluir de um grupo. Quero pensar sobre a violência dessa situação. A violência dessas falas é o que se exige que você não note para ser parte do grupo. Você tem que rir – de forma convincente – para não se destacar. Você pode se destacar só por sentir a violência como violência. E, então, a violência que você não consegue deixar de sentir como violência é redirecionada a você; a violência que já está no ambiente é canalizada na sua direção. Talvez seja por isso que algumas riem; para evitar a canalização. Rir poderia, assim, ser considerado uma forma de evitar se destacar, de tentar passar despercebido. O problema de passar despercebido é que se alguém não consegue passar, aqueles que passaram continuam participando daquilo que deixou alguém à margem.

Estar à margem faz parte da experiência de denúncia; uma sensação de que você foi banida de um grupo do qual antes fazia parte; você desmorona; as

coisas desmoronam. Isolar-se também pode ser um julgamento sobre a denunciante: como se você tivesse causado o seu próprio isolamento por não ter compactuado com alguma coisa. É assim que a denúncia nos ensina algo sobre a cultura; aprendemos que é obrigatório participar de alguma coisa. Uma denúncia nos ensina sobre *nós*; sobre como um laço se torna uma amarra. Aquelas que denunciam são muitas vezes julgadas por causar o problema que identificam ao deixar de fazer parte de um *nós*.

É por isso que a denúncia é pedagógica; estamos aprendendo sobre as condições de pertencimento social. Considere dois exemplos relacionados. Veja o caso de uma criança *queer*. Uma criança *queer* pode ser excluída da família, tanto ao ser deserdada (sim, isso ainda acontece) ou simplesmente por não poder mais participar da mesma forma quando a família considera a heterossexualidade como uma rotina compartilhada. Quando a criança *queer* é deserdada – ou tolerada –, pode-se entender que a criança não está sendo banida, mas está se isolando: ao ter ido, de livre e espontânea vontade, na direção errada. Isso é o que eu chamaria de explosão *queer*, como se você tivesse se isolado por não seguir a linha certa. Note que o desvio de rumo por vontade própria é muitas vezes julgado como um tipo de destruição intencional: como se você tivesse explodido a família por viver sua vida de um jeito diferente. Podemos, de fato, nos isolar de um grupo que decide que os nossos desejos estão nos isolando de um grupo.

Ou considere o que acontece quando uma mulher não branca fala sobre racismo em uma comunidade feminista. Ela se entende como parte daquela comunidade; embora também possa sentir que não faz parte da mesma forma que as mulheres brancas. Algumas das questões que importam para ela não são tratadas como questões feministas. Mas quando ela fala de racismo dentro do feminismo, ou mesmo se fala sobre porque o racismo é uma questão feminista, é vista como alguém que provoca uma divisão ao nomear uma divisão. Isso significa que: espera-se que aqueles que não fazem parte de alguma coisa (por causa do racismo) passem por cima daquilo que faz com que não pertençam a alguma coisa (por causa do racismo). E então: se você o menciona, entende-se que você esteja fazendo com que o racismo passe a existir. Até dar um nome a um problema é ser desleal: uma prova de que você não fazia parte de alguma coisa de verdade; que você não estava envolvida de coração com alguma coisa.²

² No livro *The Promise of Happiness* (2010), investiguei como o investimento no racismo (no lugar do próprio racismo) é narrado como o principal obstáculo para a inclusão. Estou percebendo agora que o meu argumento anterior poderia ser entendido em termos de denúncia (como aquilo de que você deve abrir mão para participar do jogo nacional). Na época, escrevi: “A figura do migrante melancólico é familiar na política racial britânica. O migrante melancólico se agarra aos objetos infelizes das diferenças, como o turbante, ou pelo menos à memória de ser ridicularizado por causa do turbante, o que o conecta a uma história de racismo. Tais diferenças se tornam pontos sensíveis ou de bloqueio, onde a passagem fácil da comunicação é interrompida. O migrante melancólico é quem não só está apegado à diferença, mas insiste em falar sobre racismo, quando esse

Uma denúncia pode, de fato, ser tratada como uma forma de deslealdade; uma deslealdade não apenas ao departamento ou à instituição, mas a um *nós* ou outro. Indivíduos em um grupo sentem-se, então, obrigados a justificar seu comportamento como uma imposição de alguém que julgam ter se colocado fora do grupo ao criar tal obrigação. É comum alguém se tornar um alvo de ataques por ser identificado como a fonte de uma denúncia (às vezes, por engano). Esses ataques podem vir de fontes oficiais (em outras palavras, aqueles que se comunicam com a denunciante durante o processo podem atacar ou pressioná-la para tentar evitar que a denúncia avance) e também de fontes não oficiais, de colegas que se entendem leais a um *nós* e ameaçados pela denúncia, na medida em que têm fidelidade a esse *nós*.

Meu primeiro exemplo era sobre comportamento machista. Estou sugerindo, com isso, que aceitar o machismo pode ser uma exigência para se tornar parte de um departamento ou grupo. Mesmo que uma fala machista seja proferida por um indivíduo, essa fala tem uma vida ou uma carreira, um lugar para ir, pela forma como é adotada por outros. Quando são adotadas, as falas são *mantidas*, muitas vezes pe

discurso é entendido como alimentar pontos sensíveis. A tarefa do migrante é abrir mão da dor do racismo ao abrir mão do racismo como uma forma de entender aquela dor”. A denúncia também pode ser entendida como estar *alimentando pontos sensíveis*.

las instituições nas quais são feitas. É o que podemos chamar de machismo institucional.

O machismo e o racismo institucionais existem mesmo depois que as instituições se comprometem com a igualdade racial e de gênero. Também aprendemos com isso: universidades têm compromissos oficiais com a igualdade que deveriam impedir o uso de linguagem machista ou racista. Uma política pode tratar daquilo que não deve existir. Na minha palestra *Institutional as Usual*, observei como algo pode vir a existir sem vir a ser utilizado. A ideia de que algo não deveria existir, ou mesmo de que algo não existe porque não deveria existir, pode ser a forma como algo se mantém em uso. O que é mais utilizado ou realizado é muitas vezes proibido (o que não deveria existir), é assim que falas racistas ou machistas podem ser proferidas como se fossem rebeldes. A “norma como rebeldia” é o que faz “a norma ser a norma”.

A resposta oficial ao que não deve acontecer, mas é uma norma, muitas vezes toma a forma de uma negação.

A aluna descreve o que aconteceu depois:

Acho que o professor sabia que eu estava muito nervosa com aquilo. Praticamente me retirei da conversa. E ele (o professor) me seguiu e puxou papo, e talvez, em retrospecto, tenha sido quando começou a ficar difícil, porque ele começou a me pressionar; na hora, ele disse: “Ah, sabe como ele é, só tem um senso de humor muito es-

tranho, não estava mal-intencionado”, e o que estava implícito era que eu estava sendo sensível demais e que não sabia brincar, que precisava esquecer e seguir em frente.

Uma denúncia: se retirar da conversa. Como observei em meu post anterior, há um esforço para impedir que a aluna reclame da situação na própria situação. Dizem para ela não falar nada, não ser sensível demais, não fazer nada, não criar problemas. É assim que se usa a gozação: para justificar o uso como se as palavras pudessem ser despidas de uma história, de tal modo que ouvir uma ofensa é ouvir errado, é impor algo a alguém. Um uso é sustentado por uma fantasia de que um uso pode ser suspenso. Ao instruí-la a não denunciar, ao pressioná-la dessa forma, o professor se posiciona *ao lado* do assediador, tratando o ataque verbal como piada, algo que ela deveria aceitar. De fato, quando ela foi contra a instrução de não dizer nada ao fazer uma denúncia, isso soou um alerta; quando os alunos que haviam se comportado daquela forma ficaram sabendo, pelo chefe do departamento, que uma denúncia havia sido feita, iniciaram uma campanha violenta (incluindo ameaças de agressão física) contra aquelas que eles acreditavam ter feito a denúncia.

Isolar-se é um julgamento. Também pode ser uma punição.

Em outro caso, uma aluna falou sobre como havia participado, com várias outras alunas, de uma denúncia de assédio contra um professor. Essas alunas

foram acusadas, por outros alunos, de não apenas se isolarem do grupo, mas também de privar outros alunos daquilo que precisavam para sua educação:

Fomos acusadas de ter atrapalhado os estudos deles. Eles valorizavam o desejo de tê-lo como professor acima de quem estava sofrendo psicologicamente com o assédio dele. Me disseram que eu deveria ter consultado toda a turma antes de ir em frente com a denúncia. Precisávamos ter “solidariedade” com aqueles cuja educação estava sendo perturbada, não o contrário.

Denunciar assédio é ser julgada como se estivesse abandonando o coletivo. E, então, você é abandonada por aquele coletivo. Em outras palavras, o que acontece depois da ação é o que confirma o julgamento. Observe que os outros alunos não estão contestando que o assédio tenha acontecido. A implicação é que ser leal aos seus pares é aceitar que o assédio faz parte do acordo.

O acordo: você tem que se acostumar ou ir embora. Quem reclama está rejeitando o acordo.

A implicação não é só que fazer uma denúncia é se excluir, mas também que quem denuncia está defendendo os seus interesses e não os interesses do grupo.³ É essa implicação que precisamos questionar mais a

³ No meu trabalho sobre felicidade e vontade, observei como aqueles que desafiam normas sociais são muitas vezes julgados por se colocar em primeiro lugar, por agir como indivíduos em oposição ao bem comum. Dá para aprender muito com isso. Ainda estou tentando aprender com isso.

fundo: como se pode considerar que os interesses do grupo coincidam com a aceitação de abusos de poder.

Nos casos em que se reconhece que um professor abusou do seu poder (e, em todos os casos que conheço, esse reconhecimento só acontece depois de uma longa e dolorosa batalha, na maioria das vezes, liderada por alunas), acontece uma outra versão da exclusão. O professor é logo recolocado como um estranho, até mesmo um forasteiro, alguém que não expressa os valores da organização, em vez de ser encarado como alguém autorizado pela organização.

Precisamos pensar sobre o que as organizações autorizam; quem autorizam. Uma professora universitária me contou que começou um grupo de leitura e um grupo de escrita no departamento. Logo esses espaços foram ocupados por homens mais velhos: “O que vi em todos os encontros foram homens mais velhos intimidando todo mundo na sala”. Aqueles que têm poder podem influenciar e direcionar as discussões, muitas vezes, ao minar a autoestima dos outros: “Na primeira sessão, uma pessoa foi muito ofensiva em relação ao doutorado de alguém, dizia que era lixo”. Um comentário racista foi feito: “Sou de Londres, e Londres está pronta para uma limpeza étnica”. Ela descreveu como as pessoas riram, como o riso preencheu a sala; mais uma vez, o riso como coesão. Como ela coloca: “Era esse tipo de coisa que vinha à tona”. É esse tipo de coisa; uma sentença como sentenciamento; a violência dispensada pode ser como você é dispensada.

Ela decidiu fazer uma denúncia porque “queria que ficasse registrado” e porque “essa cultura estava sendo reproduzida por novos alunos de doutorado”. Reuniu declarações de cerca de vinte pessoas do departamento, que compartilhavam suas objeções à forma como o espaço havia sido ocupado. Uma denúncia pode ser um coletivo feminista. Mesmo assim, a coordenadora de recursos humanos a descreveu como “ressentida e briguenta”. Ela acrescenta: “Eles trataram a queixa como um ato de arrogância da minha parte”. Um *nós* feminista pode ser entendido como um *eu*; como se ela estivesse se precipitando. Uma denúncia é considerada autopromoção. Mesmo quando juntamos nossas forças, é difícil ir até o fim.⁴

Muitas das mulheres com quem conversei até agora falaram sobre como uma denúncia é tratada não só como dano em potencial, mas como dano real: prejudicam a reputação de uma universidade, a reputação e as chances de alguém, quando um indivíduo é alvo de uma denúncia, mas também prejudicam projetos, “acabando com o departamento” ou “estragando a experiência dos alunos”. Se uma denúncia é tratada como dano, quem denuncia acaba pagando um preço alto. Essa é outra forma em que o isolamento funciona: como um alerta sobre custos.

⁴ Muitas das denúncias que descobri são denúncias coletivas; quando um grupo trabalha junto para fazer uma denúncia. Voltarei à coletividade e à denúncia em posts futuros.

Voltarei aos alertas em posts futuros. Um alerta funciona como tentativa de dissuadir a possível denunciante, ao anunciar de antemão quais seriam os custos da ação: quando o isolamento é um alerta, estão dizendo que você não receberá os benefícios que poderia receber (como indicações, financiamentos). Se você prosseguir com a denúncia, então é você que está se prejudicando ou se privando de conexões das quais precisaria para progredir.⁵ E mais: se você seguir em frente e for prejudicada pela denúncia, entenda-se que você mesma se prejudicou.

Um alerta é a projeção de um futuro. É um futuro que ninguém quer: a morte institucional;⁶ o fim da

⁵ Observe a mudança aqui, da denúncia como autopromoção para a denúncia como dano autoinfligido. Em ambos os casos, a denúncia é considerada autorreferencial. Estou desenvolvendo o argumento que apresentei no capítulo “Feminist Snap”, do livro *Living a Feminist Life* (2017), em que explodir é entendido como dano autoinfligido, como se privar daquilo que se precisa para ter uma vida boa.

⁶ Se isso parece meio dramático, uma das maneiras comuns de se descrever uma denúncia é como uma forma de *suicídio profissional*. Vou voltar a essa descrição em posts seguintes. Observe que ser ameaçada de morte institucional não vai inevitavelmente levar à morte institucional. Mas significa que as feministas precisam participar da vida institucional daquelas que foram ameaçadas de morte institucional (ao dar apoio a quem foi excluída das redes oficiais). Porém meu trabalho até aqui me ensinou que nada garante que as feministas façam esse trabalho. Algumas alunas e professoras que fizeram denúncias me relataram o choque que tiveram ao não contar com o apoio de outras feministas dentro da organização. Voltarei a essa questão, mas tenho algumas ideias baseadas, em parte, na minha própria experiência com esse problema: se queremos transformar instituições, temos um projeto institucional, o que também pode ser um projeto de diversidade, um projeto feminista. Usamos o caminho mais usado. Mesmo que sigamos um caminho para desestabilizá-lo, podemos acabar não o desestabili-

linha. Assim, um alerta é também uma ameaça: faça isso e *aquilo* vai acontecer.

Uma denúncia também envolve uma interpretação do passado. Uma aluna que participou de uma denúncia com outras alunas contra a misoginia entre seus colegas descreve como “se excluir” é usado para explicar a denúncia. Ela narra um encontro com a chefe de departamento: “Ela disse que mesmo antes de fazer a denúncia, e agora que a gente tinha feito a denúncia, a gente tinha se afastado do departamento. Disse que até mesmo ter um clube de tricô (em que participavam homens e mulheres) já era um sinal de que estávamos nos distanciando do departamento. Ela perguntou o que a gente queria, se a gente queria nosso próprio espaço feminino, tentando fazer parecer que era um tipo de feminismo militante. É obvio que era um projeto feminista, o que a gente queria

zando para prosseguir. Esse paradoxo é muitas vezes apresentado como uma escolha utilitária, uma escolha fantasiosa, aderir ou morrer, o que é um outro jeito de dizer: “Acostume-se ou vá embora”. Aderir é uma palavra boa; aderir como ser parte de alguma coisa. Ser visto como alguém que escolhe não morrer, escolher não deixar que os seus projetos acabem (a dupla negativa), escolher os seus projetos (transformada em uma afirmação), pode significar que você se compromete com muita coisa quando adere. Quando você adere, fica mais difícil se manifestar; ou se manifestar sobre a violência da instituição, sem comprometer seus próprios projetos. A obrigação de aderir pode ter consequências fatais: você pode não se manifestar sobre o abuso de poder dentro da sua própria instituição, porque isso tiraria recursos dos seus próprios projetos; seria perder, não usar. Essa é a minha visão: se ficamos em silêncio diante de abusos de poder dentro de instituições nas quais desenvolvemos nosso trabalho feminista, para continuarmos com esse trabalho, o feminismo não está funcionando. Precisamos de ativismo. Precisamos de projetos de desconstrução.

era igualdade e segurança, que as pessoas se sentissem acolhidas naquele espaço”.

Atividades anteriores são tomadas como sintomas de que algumas pessoas haviam “se isolado”: como se algumas estivessem reclamando porque não estão mais integradas a um departamento. Mesmo um clube de tricô com homens e mulheres pode ser desconsiderado como uma subversão por vir. Acho que precisamos escutar o que está em jogo na forma como denúncias são identificadas como militantes. Uma forma de desconsiderar uma denúncia é amplificar a reivindicação; exigir “igualdade e segurança” é tratado como querer dar fim ao que, ou a quem, já existe, ou como separatismo, como não querer compartilhar um espaço ou uma cultura. É assim que uma denúncia é tratada como vandalismo: “A destruição intencional daquilo que é belo e venerável”.⁷

Uma denúncia é colocada, assim, como uma *falha de integração social*: como não estar disposta a colocar suas diferenças de lado, como fracasso em amar um professor, digamos, ou um desparamento, ou uma universidade. A integração pode significar, na prática, a expectativa de que você deve aturar comportamentos que negam a sua existência.

Integração, essa palavra pesada, é muitas vezes usada, em excesso, para descrever um projeto nacional. É o migrante ou o candidato a cidadão que precisa

⁷ Discutirei futuramente como descolonizar o currículo é tratado como vandalismo.

se integrar; aqueles considerados os que “vieram depois”. Chegar depois significa ter que aceitar o que é entendido como uma cultura nacional, ou mesmo cultura apenas. Em outras palavras, a cultura se torna a prioridade; é assim que alguns são priorizados. Como sabemos, no Reino Unido a cultura nacional é muitas vezes articulada por meio da linguagem da diversidade e da igualdade. Estamos chegando ao cerne da questão aqui. Diversidade e igualdade não são apenas ideais que a nação tem ou deveria ter; são ideias que temos da nação. O que existe nem sempre está em uso. De fato, a integração pode significar na verdade: não ser capaz de identificar como um *nós* já traiu esses ideais. Falar sobre racismo ou machismo, apontar o assédio cometido por aqueles que foram priorizados, se torna uma falha de integração. E racismo, machismo, assédio são mais direcionados àqueles que mais os identificam. Basta pronunciar as palavras racismo e machismo e entenderão que você está fazendo uma denúncia. Sabemos o que vem depois desse entendimento.

Desigualdade disfarçada de igualdade: denúncias revelam uma máscara e ameaçam mostrar a imagem de um *nós* que o *nós* não está disposto a encarar. Nos relatos que venho recolhendo, máscaras estão caindo. Denúncia como pedagogia feminista.

Esta coleção é parte da pesquisa "Notas em ficções institucionais e algumas hipóteses a serem desenvolvidas na prática – INDEX 1/3 NÁUSEA" e foi organizada no âmbito do projeto TRAMA para a 33ª Bienal de São Paulo.

